ATA 07/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

---------- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Arouca, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, sob a presidência do seu Presidente senhor Afonso Portugal Ferreira da Silva, e com a presença da primeira secretária senhora Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes e da segunda secretária senhora Sónia Isabel Cardoso de Pinho e restantes membros senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, Ângelo Emanuel Quaresma Teixeira Campelo de Sousa, Inês Tavares Monteiro, Alexandre Manuel Gonçalves Duarte, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Óscar de Pinho Brandão, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, José Maria de Oliveira Ribeiro, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Maria Cristina de Oliveira Saavedra, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida, Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo, Vasco Miguel Portugal Quaresma, José Pedro de Sá Monteiro Teixeira Garrido, Luís Carlos dos Santos Pereira, Fernando Ilídio Moreira de Almeida, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Urrô, Várzea, e Presidentes da União das Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covelo de Paivó e Janarde. ---- ----------

----------Do executivo municipal estiveram presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria de Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira, e os Vereadores senhores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho e Célia Regina Brandão Alves.----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão às catorze horas. ---------

----------Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes.-----

----------Em seguida foi elencada a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----------1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES ----------

----------2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

----------2.1 – ATAS – APROVAÇÃO ----------

----------2.2 – CORRESPONDÊNCIA ----------

----------2.3 – DIVERSOS ----------

----------3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

----------3.1 – ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026 ----------

----------3.2 – MAPA DE PESSOAL PARA 2026 ----------

----------3.3 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DE AROUCA ----------

---------- 3.4 – REGULAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE BIKESHARING AROUCA DIGITAL
---------- 3.5 – PLANO DE AÇÃO DO PERSU 2030 DO MUNICÍPIO DE AROUCA ----------
---------- 3.6 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE AROUCA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR ----------
---------- 3.7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA ----------
---------- 3.8 – DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO ----------
---------- 3.9 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA ----------
---------- 3.10 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ----------
---------- 3.11 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO ----------
---------- **1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**
---------- Não se registaram intervenções pelos senhores Munícipes. ----------
---------- **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------**
---------- **2.1 – ATAS – APROVAÇÃO:** ----------
---------- Foram submetidas à apreciação e votação da Assembleia Municipal, por braço no ar, as seguintes atas: ---------- ----------
---------- A ata número 5/2025, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção. ----------
---------- A ata número 6/2025, foi aprovada por unanimidade. ----------
---------- A ata número 4/ 2025, foi aprovada com seis abstenções, dado estes membros não terem estado presentes na sessão a que respeita. ----------
---------- **2.2 CORRESPONDÊNCIA:** ----------
---------- Foi dada nota da correspondência recebida, que oportunamente foi dada a conhecer por e-mail aos membros desta Assembleia.----------
---------- Pediram para intervir os senhores **José Maria Ribeiro** e posteriormente **Pedro Bastos**. ----------
---------- Dada a palavra, o senhor **José Maria Ribeiro** cumprimentou todos os presentes e procedeu à apresentação de um e-mail remetido por Sandra Matos, datado de 27 de dezembro de 2025. Questionou a senhora Presidente da Câmara sobre se tinha conhecimento do caso em apreço e, em caso afirmativo, que diligências já havia tomado. Solicitou ainda ao senhor Presidente da Assembleia para juntar o e-mail à ata e que tivesse em devida consideração esta situação, exercendo, dentro dos limites legais, a pressão possível para que o assunto seja tratado. Recordou, por fim, que o próprio senhor Presidente, enquanto membro desta Assembleia, já anteriormente abordou um tema semelhante, compreendendo assim a relevância da matéria agora apresentada. ----------

----------O email dá-se aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata a ela ficando anexo.-----

----------Sobre esta intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu, em primeiro lugar, esclarecendo que também cabe aos moradores contactar a autoridade competente sempre que ocorram situações semelhantes, sendo, neste caso, a GNR a entidade responsável, uma vez que o relato configura um assunto de natureza policial. Acrescentou que, não obstante essa competência, a Mesa tomará a iniciativa de remeter o e-mail recebido à GNR, para que esta adote as providências que considerar adequadas. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta começou por cumprimentar todos e desejou votos de um excelente ano. De seguida, reconheceu a preocupação da munícipe e afirmou que o problema é sério e não deve ser desvalorizado. Disse que irá pedir de imediato à GNR o reforço do patrulhamento e que os serviços municipais irão avaliar a iluminação e a limpeza do espaço. Assumiu a responsabilidade da Câmara em intervir e garantiu que as situações referidas, incluindo o ruído, serão analisadas. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos**, reforçando a importância do email recebido e esclareceu que a munícipe já o havia contactado previamente ao envio dessa comunicação à Assembleia, referindo que alegara ter apresentado diversas reclamações à GNR e à Câmara Municipal, algumas das quais sem resposta. Por esse motivo, sugeriu que formalizasse o assunto por escrito, de modo a que todos os eleitos pudessem tomar conhecimento. Recordou ainda a existência de um caso semelhante ocorrido anteriormente, debatido nesta Assembleia. Reconheceu a intervenção recente de limpeza no local, mas salientou que os problemas persistem, sobretudo no período noturno, verificando-se situações graves protagonizadas por jovens. ----------

----------O senhor **Presidente da Assembleia** usa da palavra para declarar que não se recorda da situação do ano anterior. Mantém a resposta já dada, a importância do caso e a posição já assumida. ----------

----------**2.3. DIVERSOS**: ----------

----------Interveio o senhor **Óscar Brandão**, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e formulando votos de boas festas. Referiu o início do novo mandato e os resultados eleitorais de outubro, salientando que o PSD assumirá um papel de fiscalização democrática, diálogo, escrutínio e transparência. Defendeu a necessidade de uma liderança estratégica para o concelho, apontando desigualdades territoriais e questões de inclusão social. Criticou a fraca participação democrática nos planos e orçamentos e reafirmou que o PSD exercerá uma oposição construtiva. Referiu ainda que Arouca apresenta uma das mais baixas taxas de adesão à rede pública de abastecimento de água, cerca de 60%, destacando que uma parte significativa da população recorre a nascentes próprias, o que representa riscos para a saúde pública. Defendeu que o acesso a água segura não deve depender do local de residência e questionou qual a estratégia municipal para aumentar a cobertura da rede pública. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que o Município dispõe de uma taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água de cerca de 93%, embora a adesão efetiva seja inferior a 70%, devido à utilização de poços e outras fontes próprias por alguns munícipes. Referiu que a entidade gestora tem vindo a notificar os utilizadores obrigados à ligação à rede e destacou que Arouca apresenta uma cobertura elevada face a municípios semelhantes. Acrescentou que o Município continuará a investir na expansão da rede, sublinhando a importância desta matéria num contexto de alterações climáticas, e recordou a existência do tarifário social da água como apoio aos munícipes. ----------

---------- Interveio a senhora **Fátima Pinho**, cumprimentando todos os presentes, formulando votos de bom mandato e bom andamento dos trabalhos. Colocou uma questão relativa aos Passadiços do Paiva, na sequência dos danos provocados pelos incêndios dos últimos anos, solicitando esclarecimentos sobre o montante das verbas atribuídas e sobre as intervenções previstas. Perguntou ainda se, para além da reparação da infraestrutura, está a ser estudada ou implementada alguma medida de prevenção e mitigação do risco de novos incêndios, concluindo com o pedido de informação objetiva quanto aos valores envolvidos e à eventual existência de um projeto de mitigação em curso. ----------

---------- Tendo-lhe sido dada a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** informou que foi lançado o procedimento para a requalificação dos Passadiços do Paiva, estando já identificado o empreiteiro, embora a adjudicação ainda não se encontre formalizada. Esclareceu que a intervenção representa um investimento de cerca de 800.000 euros, comparticipado pelo seguro da infraestrutura. Referiu que este valor não inclui a futura rede de incêndios, atualmente em estudo por uma empresa especializada, e acrescentou que a intervenção será complementada por ações de proteção e reflorestação, nomeadamente através da aquisição de terrenos para requalificação com espécies autóctones. ----------

---------- Voltando a solicitar a palavra a senhora **Fátima Pinho** pediu esclarecimentos adicionais quanto ao montante da comparticipação do seguro, valor previsto para a futura rede de incêndios, prazo para conclusão dos estudos em curso e à data prevista para o início dos respetivos trabalhos. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta informou que o projeto relativo à rede de incêndios ainda não se encontra concluído, nem existe projeto de execução aprovado, estando a equipa técnica a trabalhar na sua elaboração. Comprometeu-se a prestar informação detalhada à Assembleia assim que existam dados concretos e o projeto esteja finalizado. ----------

---------- Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que abordou o mau estado das ETAR's do concelho, com destaque para a ETAR da Ribeira de Tropeço, referindo maus odores, coloração anormal da água e descarga de efluentes alegadamente mal tratados. Considerou tratar-se de uma situação prolongada no tempo e defendeu a realização de um diagnóstico técnico independente, a elaboração de um plano de requalificação ou substituição

com respetivo enquadramento financeiro e a monitorização regular e pública da qualidade dos efluentes. Apelou a uma intervenção urgente. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que qualquer intervenção depende da existência de projeto e das verbas necessárias. Informou que a SIMDouro lançou, em junho, um concurso público para a remodelação da ETAR da Ribeira, que ficou deserto. Acrescentou que foi apresentado em reunião de Câmara o estudo para a melhoria da estação e que foi lançado novo concurso, com valor base de cerca de 2.000.000 euros e prazo de execução de 550 dias, dependendo a concretização da apresentação de propostas. --- ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miller**, que saudou os presentes e formulou votos de bom ano, abordando de seguida a questão dos transportes públicos no concelho, em particular o funcionamento da rede UNIR. Referiu constrangimentos ao nível da redução de horários fora dos períodos letivos e dificuldades nas freguesias mais afastadas, destacando a insuficiência de ligações ao Hospital de Santa Maria da Feira. Defendeu que o Município deve assumir uma posição ativa na defesa dos interesses dos munícipes e questionou que ações estão a ser tomadas para garantir uma oferta de transportes mais estável e adequada às necessidades da população. -------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta reconheceu os constrangimentos iniciais da rede UNIR, sobretudo no Lote 5, e referiu que, na sequência de articulações entre municípios, a empresa metropolitana e a operadora, têm sido introduzidas melhorias nos horários e frequências. Informou que existem ligações expresso em funcionamento, designadamente para São João da Madeira e Porto, e que a evolução da procura está a ser acompanhada. Concluiu assegurando que o Município continuará a trabalhar com as entidades competentes para otimizar o sistema, dentro das limitações contratuais existentes. ----------

----------Voltou a solicitar intervenção o senhor **Artur Miller**, reconhecendo algumas melhorias nos transportes públicos, sobretudo em período letivo, mas assinalando que persistem constrangimentos significativos fora desses períodos. Destacou as dificuldades nas deslocações ao Hospital de Santa Maria da Feira, considerando insuficiente a atual oferta para quem depende exclusivamente do transporte público, e apelou a um reforço dos horários. ----------

----------Tendo-lhe sido concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara**, reconheceu a pertinência da observação e afirmou que o Município continuará a diligenciar junto da empresa metropolitana de transportes no sentido de melhorar a oferta existente. ----------

----------Interveio o senhor **Vasco Portugal**, cumprimentando todos e felicitando o senhor Presidente da Assembleia Municipal e a senhora Presidente da Câmara pelo novo mandato e referiu-se a notícias divulgadas na comunicação social local relativas à atribuição de espaços no Festival da Castanha, onde terão sido levantadas questões quanto à transparência e aos critérios de seleção dos participantes. Defendeu a importância da

existência de regras claras e previamente divulgadas, bem como de critérios transparentes na organização destes eventos, questionando se está prevista alguma alteração futura que reforce esses procedimentos. ----------

---------- Tendo sido dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que o Executivo atua numa lógica de melhoria contínua, esclarecendo as situações sempre que questionada e acolhendo críticas e sugestões com vista ao aperfeiçoamento dos procedimentos. ----------

---------- O senhor **Luís Almeida** procedeu à sua intervenção, cumprimentando todos. Solicitou esclarecimentos sobre o cancelamento de um espetáculo integrado na Feira das Colheitas, questionando as razões da decisão, o eventual enquadramento contratual, o processo de devolução dos bilhetes e a possibilidade de reagendamento do concerto. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que o concerto de Rui Veloso foi cancelado devido a condições meteorológicas adversas, tendo os bilhetes sido devolvidos através da plataforma de venda. Informou ainda que foi acordado com o artista o reagendamento da atuação para futura edição da Feira das Colheitas. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Sousa** que iniciou a sua intervenção com votos de boas festas e cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos membros da Assembleia, aos Presidentes de Junta e ao público. Felicitou a senhora Presidente da Câmara pela eleição para a Vice-Presidência do Conselho Metropolitano do Porto e destacou a concretização de projetos do Orçamento Participativo Escolar, bem como iniciativas de promoção do envelhecimento ativo. Assinalou os 200 anos da Banda Musical de Arouca e a renovação do título atribuído a Arouca, de Autarquia Familiarmente Responsável. Por fim, valorizou os resultados obtidos pelo Município no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, salientando o bom desempenho financeiro e a sustentabilidade evidenciada. ----------

---------- Fez uso da palavra o senhor **Pedro Bastos** que, depois de cumprimentar todos, manifestou o seu desagrado pelo envio tardio da documentação, salientando que, numa época de festa e de convívio familiar, tal situação não permitiu o tempo necessário para a sua adequada análise. Reforçou igualmente as questões já levantadas por outros membros, nomeadamente quanto à percentagem suportada pelo seguro na obra dos Passadiços do Paiva e relativamente ao estado das ETAR's, não apenas a de Tropeço, mas também as de Canelas e Alvarenga, que considerou encontrarem-se obsoletas. ----------

---------- No uso da palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu a comparticipação dos Passadiços do Paiva, dando nota que espera que a reconstrução seja coberta pelo seguro e outra parte, caso haja necessidade, pelos apoios criados pelo Governo no âmbito dos incêndios, e reiterou que, apesar das monotorizações regulares das ETAR's, reforçará a preocupação às respetivas entidades.----------

----------Seguiu-se a intervenção do senhor **Joaquim Almeida**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, que começou por cumprimentar todos os presentes e felicitar o Município pelo concerto realizado no passado sábado. Apresentou duas propostas para futura discussão: a elaboração de um regulamento de descentralização de competências e verbas para as freguesias e a criação de um regulamento que preveja a emissão de parecer pelas freguesias relativamente à construção de muros junto a estradas e caminhos. Propôs igualmente a constituição de um grupo de trabalho para análise destas matérias. Informou ainda sobre o XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado em dezembro de 2025, onde esteve como representante desta Assembleia, destacando as prioridades aprovadas, nomeadamente em matéria de autonomia, financiamento local, sustentabilidade e coesão territorial. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta respondeu que terão de ser apresentadas propostas para esse efeito e analisada a respetiva viabilidade. ----------

----------Solicitou a palavra o senhor **Sérgio Azevedo** e após concedida, pediu alguns esclarecimentos sobre o email já referido anteriormente sobre o Pátio das Laranjeiras; o ponto de situação da 3.ª fase da Variante Arouca – Feira e congratulou todos os intervenientes e responsáveis pela iluminação de Natal, pois considerou ser das mais bonitas do país. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que não tem conhecimento de que a situação referida tenha sido apresentada no Conselho Municipal de Segurança, nem de qualquer comunicação escrita sobre o assunto no Município, sublinhando que tal não diminui a relevância da matéria. Relativamente à última fase da variante, informou que o Município tem mantido contacto persistente com o Governo e com o IP, incluindo através de reuniões — a última realizada em julho — com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do projeto e assegurar os ajustamentos necessários para a sua concretização. ----------

----------Interveio novamente o senhor **Óscar Brandão**, afirmando que os dados e prémios apresentados pelo deputado Pedro Sousa são seletivos e já anteriormente discutidos. Considerou que seria mais relevante para o concelho alcançar melhores resultados em indicadores como qualidade de vida, poder de compra e crescimento populacional, recordando que Arouca perdeu mais de três mil habitantes entre 2001 e 2021. Referiu ainda que a autenticidade e utilidade de alguns prémios atribuídos ao Município devem ser analisadas com cautela. ----------

----------Solicitada resposta a este assunto, interveio novamente **Pedro Sousa**, afirmando que não existem "prémios seletivos", defendendo que os prémios atribuídos ao Município devem ser reconhecidos e valorizados. Criticou a desvalorização sistemática dos aspetos positivos e defendeu que a crítica deve ser construtiva. Referiu que, mesmo que o Município alcançasse outros rankings desejáveis, estes seriam igualmente desvalorizados. Assinalou ainda que o rendimento bruto em Arouca registou um crescimento significativo entre 2020 e 2024, aproximando-se da média nacional. ----------

---------- Interveio o senhor **Vítor Arouca**, Presidente da União de Freguesia de Arouca Burgo, que saudou os presentes e informou a Assembleia da existência de um email enviado ao Município em 8 de maio de 2024, no qual alertava para o mau estado do Parque das Laranjeiras, nomeadamente ao nível do piso, limpeza e papeleiras. Referiu ter comunicado oportunamente esta situação ao Executivo, recordando tratar-se de um problema já anteriormente sinalizado e manifestou a expectativa de que sejam adotadas as diligências necessárias à sua resolução. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** tomou a palavra, após autorização do senhor Presidente da Mesa, respondendo que o assunto que referiu, tem a ver com segurança pública (álcool e distúrbios) e não com limpezas e iluminação. ----------

---------- **3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------**

---------- **3.1 – ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que fez uma apresentação formal do Orçamento Municipal para 2026, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão**, afirmando tratar-se de um momento de elevada responsabilidade para os autarcas, a quem compete apreciar um documento estruturante para o futuro de Arouca. Referiu que, apesar de considerar o Orçamento tecnicamente correto, o entendia como politicamente frágil e pouco estratégico para o futuro do concelho. Apontou a excessiva dependência de financiamento externo, a ausência de avaliação clara da execução de projetos anteriores e a falta de prioridades estruturantes. Criticou ainda a inscrição de verbas simbólicas em diversas rubricas, que, no seu entendimento, não traduzem capacidade real de execução, bem como a elevada rigidez da despesa corrente, que limita o investimento transformador. Concluiu afirmando que o PSD, por razões de visão estratégica e responsabilidade política, votaria contra a proposta apresentada. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa convidou a senhora **Presidente da Câmara** a usar da palavra e esta esclareceu que a dependência das transferências do Estado é uma realidade comum à generalidade dos municípios, especialmente aos de menor dimensão, cuja capacidade de arrecadação de receitas próprias é limitada. Referiu que cerca de 40% do Orçamento é destinado a investimento, incluindo verbas provenientes de receitas correntes, e explicou que a existência de rubricas com dotações simbólicas permite viabilizar futuras candidaturas a financiamento externo e preparar a execução de projetos, salientando que a concretização de investimentos depende sempre da existência prévia de projetos devidamente elaborados. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **Óscar Brandão**, defendendo a revisão da Lei das Finanças Locais e maior autonomia financeira para os Municípios e Juntas de Freguesia. Criticou o atual modelo de distribuição

de receitas, considerando que prejudica concelhos como Arouca, e sublinhou a necessidade de reforçar a capacidade de decisão e execução das freguesias, reduzindo a sua dependência do Município. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** alertando para fragilidades na atuação do Executivo, questionando quando o Município assumirá uma transferência de competências verdadeiramente estruturada. Refere a instabilidade na calendarização das obras estruturantes, marcada por alterações constantes de prazos, prioridades e custos, e pede esclarecimentos sobre a existência do Plano de Estratégia Florestal Municipal Integrado, que não surge refletido no orçamento. Solicita ainda transparência quanto à dependência de fundos comunitários, nomeadamente a percentagem do investimento municipal que depende do PRR, do Norte 2030 e de candidaturas ainda não contratualizadas, bem como os projetos que podem não avançar se esses financiamentos falharem. A intervenção terminou com uma pergunta direta à senhora Presidente sobre se reconhece que a informação e os documentos para esta Assembleia não foram disponibilizados dentro do prazo mínimo exigido, prejudicando a preparação da análise pelos deputados. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** esta explicou que alguns projetos não avançam porque há obras que não conseguem ser executadas dentro dos prazos e candidaturas que não são aprovadas, lembrando que o orçamento municipal é dinâmico e ajustado conforme estas situações. Sobre a transferência de competências para as juntas de freguesia, sublinha que a lei determina que as verbas a transferir não podem ultrapassar aquilo que o Município já gasta nessas áreas. Referiu também que o Plano Municipal de Execução — derivado do plano sub-regional de gestão integrada de fogos rurais — está incluído no Orçamento, com rúbrica própria, permitindo avançar com ações sempre que exista financiamento. Quanto ao PRR, reconheceu que os prazos são apertados, mas afirmou que o Município está a executar vários projetos importantes, como o Parque de Saúde, a Quinta do Reguengo e iniciativas nas áreas social, cultural e da habitação, esperando concluir tudo dentro dos prazos e sem surpresas. Por fim, relativamente ao envio da documentação, informou que foi enviada no próprio dia da reunião de Câmara, justificando que foi quando foi possível, e comprometeu-se a tentar melhorar esse procedimento no futuro. ----------

----------Interveio o senhor **Vasco Portugal** considerando, em primeiro lugar, que neste orçamento a despesa corrente e a despesa com o quadro de pessoal é uma fatia excessiva do valor global. O orçamento para 2026 é fragmentado e não responde aos desafios estruturais de Arouca. Afirma que falta visão estratégica, políticas de desenvolvimento económico e medidas eficazes para fixar população jovem. Destaca que o concelho continua a perder jovens, envelhece rapidamente e apresenta baixos níveis de qualificação, sem que o orçamento enfrente estes problemas. Critica a falta de prioridade real na habitação e na qualificação profissional, defendendo uma articulação mais forte com as empresas para melhorar a empregabilidade e atrair novos residentes. Aponta ainda a elevada dependência das transferências da Administração Central e alerta para o risco de redução de

fundos europeus após 2026. Conclui que o orçamento não prepara o futuro do concelho e, por isso, o seu grupo votará contra. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que esclareceu que era importante, sobretudo para os novos membros, compreender o verdadeiro significado de despesa corrente. Referiu que este tipo de despesa é muitas vezes visto como secundário, quando na verdade corresponde ao funcionamento diário do município e aos serviços essenciais que todos consideram indispensáveis. Indicou que a despesa corrente inclui áreas como a energia e a iluminação pública, a limpeza urbana, o tratamento de resíduos, os transportes e as refeições escolares, a manutenção de edifícios e viaturas, a vigilância, as comunicações, entre muitas referidas, sublinhando que são precisamente serviços que a própria Assembleia solicita frequentemente que sejam reforçados e melhorados. A Presidente destacou ainda que, apesar de todas estas responsabilidades permanentes, o Município afeta cerca de 40% do seu orçamento ao investimento, o que considerou demonstrativo de uma gestão responsável, equilibrada e orientada para o futuro.

---------- Interveio o senhor **Pedro Sousa** declarando que o orçamento para 2026 assenta em três prioridades fundamentais: Habitação e Serviços Coletivos, com quase 7 milhões de euros; Saúde, com mais de 5,5 milhões; e Comércio e Turismo, com mais de 4 milhões de euros. Estas três áreas representam cerca de metade do investimento total previsto. Sublinhou que estas escolhas procuram melhorar a qualidade de vida dos Arouquenses, através do reforço da habitação pública, do acesso à saúde e educação, da ação social, da manutenção da taxa mínima de IMI e do investimento cultural, lembrando que nem todo o investimento se traduz em obras físicas. Referiu ainda vários projetos já em execução — como o loteamento da Quinta do Cerrado, o Parque de Saúde e a requalificação da Biblioteca Municipal — e outros prestes a iniciar, como a ampliação da escola de Escariz, a expansão do Parque de Negócios e a remodelação dos complexos desportivos. Destacou também 1 milhão de euros destinado às freguesias. Pedro Sousa salientou que as despesas de capital aumentam cerca de 60%, enquanto as correntes se mantêm praticamente estáveis, demonstrando um forte compromisso com o investimento sem comprometer o equilíbrio financeiro. Recordou que Arouca continua bem posicionada no Anuário Financeiro dos Municípios, prova da boa gestão. Concluiu afirmando que é natural que fiquem projetos por realizar, porque nenhum mandato pode fazer tudo de uma vez, e que ainda há muito tempo para concretizar mais iniciativas. ----------

---------- Seguidamente interveio o senhor **Pedro Bastos**, reconhecendo a qualidade técnica do Orçamento para 2026, mas considerou que, politicamente, o documento mantém problemas estruturais. Criticou o modelo centralizador que, no seu entender, limita a autonomia das freguesias e cria dependências através de protocolos avulsos. Assinalou o ziguezague das prioridades de investimento, com obras antes urgentes agora desvalorizadas ou sem calendário. Lamentou a ausência de uma estratégia florestal integrada num concelho altamente vulnerável

ao risco de incêndio. Alertou ainda para a forte dependência de fundos externos, que condiciona a execução e aumenta o risco de derrapagens, lembrando que mais de 33% da receita e 9,2 milhões de euros do investimento dependem de fundos comunitários. Notou também que quase metade do investimento se concentra em habitação, saúde e turismo, enquanto as freguesias continuam a receber uma fatia reduzida. Concluiu que o orçamento falha no essencial: valorizar o poder local e garantir um planeamento estável e participado. ----------

----------Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** refere que são considerações que estão a ser feitas e que já foram aqui referidas. ----------

----------Interveio o senhor **Luís Almeida** declarando que o orçamento para 2026 já nasce ultrapassado, prevendo novas alterações ao longo do ano, o que demonstra falta de previsibilidade. Criticou a existência de pequenas rúbricas de baixo valor e a forma como é feita a gestão corrente da autarquia. Por estas razões, anunciou que o PPM votará contra o orçamento. ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miller**, referindo que a sua intervenção era uma resposta ao membro Pedro Sousa, salientando que quando as pessoas se pronunciam sobre a política ou sobre a posição atual da sua bancada, devem ter presente a coerência das opções políticas assumidas. Recordou que, conforme anteriormente salientado por Pedro Sousa, muitas das estratégias adotadas e decisões tomadas, nomeadamente em matéria orçamental — ainda que não reúnam consenso — decorrem dos resultados eleitorais e da legitimidade democrática deles resultante. Acrescentou que terá havido um equívoco relativamente a um dos exemplos mencionados, não será IC3 mas sim CI3, usando a expressão "águas passadas não movem moinhos!". Por fim, dirigiu uma palavra de apreço ao membro de bancada Óscar Brandão, destacando que a sua experiência e conhecimento lhe conferem uma capacidade acrescida para analisar as matérias em discussão de forma mais abrangente e coerente. ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** que esclareceu que o CI3 não foi abandonado, encontrando-se em funcionamento com 13 empresas instaladas e jovens qualificados, incluindo de outros países europeus. Referiu que o projeto está em execução e que o Executivo mantém ambição quanto ao seu desenvolvimento, pretendendo avançar de forma sustentada. Concluiu afirmando que o CI3 é um projeto de grande importância estratégica, que continuará a ser reforçado, designadamente na promoção da atratividade para jovens e jovens empresários. ----------

----------O senhor **Presidente da Assembleia** faz uso da palavra para referir ter ouvido críticas pelo facto da atual Mesa não dar continuidade à anterior. Esclareceu que a respetiva eleição decorreu nos termos legais, tendo sido conduzida pela Mesa cessante, não lhe parecendo existir fundamento para as observações feitas. Recordou ainda que na legislatura anterior, embora a lista do PS tivesse obtido a maioria dos membros eleitos, não foi essa força política a eleger a Mesa, não tendo então sido suscitadas objeções semelhantes. Concluiu

afirmando que a eleição da atual Mesa da Assembleia Municipal decorreu em conformidade com a lei, sob a égide da anterior mesa, e se encontra legitimamente constituída. ----------

---------- Pede a palavra novamente o senhor **Artur Miler**, que após lhe ser concedida, esclarece que nunca colocou em causa a legitimidade da eleição da Mesa, reconhecendo que o processo foi democrático e que o senhor Presidente se encontra legitimamente eleito. Refere que a sua intervenção incidiu apenas sobre a coerência política das posições assumidas, reafirmando que a sua bancada sempre defendeu que a eleição compete ao colégio eleitoral e que mantém essa coerência. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** dá o assunto por encerrado, reforçando a legitimidade da eleição e concede a palavra ao senhor Sérgio Azevedo. ----------

---------- Na sua intervenção, o senhor **Sérgio Azevedo** refere que a questão da coerência política tem sido suscitada pelo PS, considerando que tal poderá decorrer do que entende terem sido incoerências do PSD em anteriores situações, designadamente na não aprovação de Mesas quando o PS obteve maior votação. Acrescenta, em tom crítico, que, se houve aprendizagem política nesse domínio, esta poderá ter resultado da postura anteriormente assumida pelo PSD. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **Óscar Brandão** para referir que a sua principal preocupação se prende com o aumento do peso das despesas correntes no orçamento da Câmara Municipal de Arouca, situação que considera motivo de apreensão para os autarcas do PSD. Salientou que, no seu entendimento, numa boa gestão financeira as despesas correntes não deveriam ultrapassar 50% do orçamento municipal. Referiu que, analisando a evolução dos últimos anos, já no início da gestão da senhora Presidente esse valor se situava nos 57%, tendo vindo a registar um crescimento progressivo, circunstância que entende dever merecer análise atenta por poder colocar em causa o equilíbrio financeiro do Município. ----------

---------- Tendo a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** respondeu que, sem desvalorizar a preocupação manifestada, importa esclarecer que a percentagem das despesas correntes passou de 57% em 2019 para 59% em 2026. Sublinha que, entretanto, o Município assumiu novas competências nas áreas da educação, ação social e saúde, com significativo impacto financeiro. Destaca a integração de 115 trabalhadores na área da educação e refere que as transferências do Estado não cobrem integralmente a despesa associada, devendo esse contexto ser considerado na análise dos valores apresentados. ----------

---------- Solicitou novamente a palavra o senhor **Pedro Bastos**, que após lhe ser concedida pelo Presidente da Mesa, afirmou que, ao assumir a delegação de competências, a senhora Presidente aceitou igualmente o respetivo enquadramento financeiro, recordando que CDS e PSD haviam alertado para os riscos de assumir, de forma antecipada, a competência na área da saúde. Considerou, por isso, que as dificuldades agora apontadas resultam dessa opção do Executivo e não da posição da Oposição. ----------

----------Em resposta, e após lhe ser concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o Município assumiu as competências nas áreas social e da saúde após análise e planeamento, com o objetivo de garantir uma melhoria significativa da qualidade dos serviços prestados aos munícipes. Esclareceu ainda que, contrariamente ao referido, o Município não aceitou voluntariamente a transferência de competências na área da educação, tendo essa transferência ocorrido por imposição legal, no termo do respetivo prazo. ----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** coloca à votação, por braço no ar, a proposta de Orçamento Municipal para 2026, tendo a mesma sido aprovada por maioria, registando-se 19 (dezanove) votos a favor, 12 (doze) contra e 5 (cinco) abstenções, num total de 36 membros. ----------

----------Solicita intervenção o senhor **Pedro Bastos**, que após concedida, apresentou a sua declaração de voto contra, alegando excessiva centralização de competências na Câmara Municipal, ausência de estratégia florestal integrada, alterações sucessivas de prioridades e insuficientes condições para análise atempada dos documentos, defendendo um orçamento mais descentralizado, transparente e participativo. ----------

----------**3.2 – MAPA DE PESSOAL PARA 2026:** **----------**

----------O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. Referiu que o documento em apreciação acompanha o Orçamento Municipal e reflete as necessidades identificadas por cada serviço e divisão. Esclareceu que contempla a previsão de lugares necessários face a aposentações previstas, mobilidades e rácios na área da Educação, permitindo a abertura dos respetivos procedimentos. Manifestou ainda disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, referindo que o Mapa de Pessoal deve ser analisado numa perspetiva política e estratégica, salientando o aumento de mais de 57 lugares num único ano, com impacto direto nas despesas correntes, considerando não estar suficientemente explicitada a fundamentação política dessa opção. Assinalou ainda a existência de 195 postos de trabalho vagos, entendendo que tal levanta dúvidas quanto ao planeamento e à capacidade de recrutamento. Reconheceu a importância da valorização dos recursos humanos, mas defendeu que o reforço do quadro de pessoal deveria ser acompanhado de avaliação prévia da eficácia dos serviços, critérios claros de desempenho e enquadramento estratégico articulado com o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, manifestando preocupação com a sustentabilidade financeira futura do Município. Informou, por fim, que a bancada do PSD se irá abster na votação deste ponto. ----------

----------Interveio seguidamente o senhor **Pedro Bastos** considerando que o crescimento do Mapa de Pessoal para 2026 é desequilibrado, salientando que o aumento incide sobretudo em técnicos superiores e chefias, enquanto os assistentes operacionais registam um crescimento reduzido. Manifestou ainda preocupação

com a precariedade laboral, referindo a existência de contratos a termo e a falta de informação clara sobre o número de trabalhadores nessa situação. Assinalou igualmente a permanência de vagas por preencher, o que poderá indiciar dificuldades de recrutamento. Defende, como prioridades, o reforço dos operacionais, a redução da precariedade e maior transparência quanto aos vínculos existentes. ----------

---------- Pediu a palavra a senhora **Presidente da Câmara**, que após lhe ser concedida, esclareceu que o documento não prevê reforço de chefias, encontrando-se esses lugares já definidos. Considerou que a referência feita se reportará a técnicos superiores. Salientou ainda que a identificação dos postos de trabalho resultou das necessidades apontadas por cada serviço, tendo em conta as novas responsabilidades assumidas pelo Município, reconhecendo igualmente a carência de técnicos superiores em áreas qualificadas. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** coloca à votação, por braço no ar, a proposta de Mapa de Pessoal para 2026, tendo a mesma sido aprovada por maioria, registando-se 19 (dezanove) votos a favor, 18 (dezoito) abstenções, num total de 37 membros. ----------

---------- **3.3 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DE AROUCA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Mesa questionou a senhora Presidente da Câmara sobre se pretendia apresentar a proposta. No uso da palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que esta corresponde a uma revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, visando a adaptação de normativos e procedimentos. Acrescentou que as principais alterações consistem na criação de uma tabela de critérios com ponderações por tipologia de classificação, na implementação de uma plataforma digital para submissão de candidaturas, com vista a maior agilidade e melhor gestão do processo, e na introdução de um mecanismo de majoração do apoio a obras destinadas a IPSS. ----------

---------- Interveio a senhora **Fátima Pinho** e informou que na sua bancada, votarão favoravelmente a proposta de revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, por responsabilidade institucional e respeito pelo associativismo e pelas IPSS do concelho. Ainda assim, criticou a demora do processo de revisão iniciado em 2022. Saudou a criação da plataforma digital e a introdução de critérios de ponderação, mas questionou a sua operacionalização, a existência de apoio técnico às associações e a ausência de um regime transitório. Manifestou preocupação com a falta de prazos vinculativos para decisão das candidaturas, considerando ambígua a expressão “sempre que possível”. Assinalou igualmente que os valores máximos de apoio ao investimento permanecem desatualizados face ao aumento dos custos e considerou insuficiente a majoração prevista para obras das IPSS. Concluiu que a proposta representa um avanço, mas não responde plenamente aos desafios atuais do setor. ----------

---------- Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** referiu que o Executivo gostaria de ir mais longe no reforço dos apoios, mas tal implicaria retirar verbas de outras áreas do Orçamento. Sublinhou que o Município

tem apoiado de forma consistente o associativismo e as IPSS, inclusive em períodos críticos como a pandemia. Considerou que o regulamento representa uma melhoria significativa, destacando a majoração até 30% para obras das IPSS, cuja inclusão reconheceu ter sido exigente, assumindo o Município um esforço que, no seu entendimento, deveria ser assegurado pelo Estado. Reafirmou o compromisso de continuar a apoiar as associações e IPSS de forma responsável e coerente, garantindo verbas no orçamento e apoio técnico na preparação de candidaturas a financiamentos externos. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** reconhecendo que a proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo introduz avanços ao nível da transparência, definição de critérios e digitalização de procedimentos, anunciando o voto favorável. Contudo, alertou para possíveis desequilíbrios, designadamente a exigência de dois anos de existência para acesso a apoios, a tendência de favorecimento de associações de maior dimensão e a excessiva dependência da comissão de análise, cuja composição considerou pouco independente. Assinalou ainda a ausência de prazos vinculativos para pagamento dos apoios. Defendeu, por isso, a necessidade de futura melhoria do regulamento, propondo a inclusão de elementos independentes na comissão de análise, a criação de regime específico para novas associações, a majoração para entidades de freguesias rurais e a fixação de prazos obrigatórios para decisão e pagamento dos apoios. ----------

----------Em resposta, e após lhe ser concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** prestou dois esclarecimentos. Referiu, em primeiro lugar, que o regulamento agora em aprovação poderá sempre ser objeto de melhorias futuras, sendo todas as sugestões bem-vindas. Esclareceu ainda que a introdução da nova plataforma digital se encontra em fase final de aquisição, garantindo que o Município promoverá sessões de esclarecimento e apoio às associações, à semelhança do que tem sido prática regular, assegurando que nenhuma entidade será prejudicada pela transição, sem prejuízo da responsabilidade que também lhes compete. Relativamente à composição da comissão de análise, rejeitou a ideia de dependência, esclarecendo que a designação dos seus membros é levada a reunião de Câmara e que a participação de representantes da oposição depende da manifestação de interesse, tendo já ocorrido em anos anteriores. Acrescentou tratar-se de uma tarefa exigente, nem sempre procurada. ----------

----------Solicitou novamente a palavra o senhor **Pedro Bastos**, que após lhe ter sido dada, esclareceu que nunca afirmou não se tratar de uma tarefa difícil, reconhecendo a sua exigência. Sublinhou que a sua análise incidiu apenas sobre a proposta de regulamento em apreciação e não sobre situações anteriores. Considerou ainda que a composição do grupo de trabalho era desequilibrada, por integrar quatro elementos da Câmara e apenas um da oposição, questionando qual seria, nesse contexto, o efetivo papel da representante da Oposição.-

---------- É dada novamente a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que esclareceu que as comissões de análise são, em regra, compostas por três elementos: um membro da oposição, a Presidente (ou um membro do Executivo) e um técnico municipal. ----------

---------- Interveio o senhor **Luís Almeida**, que colocou uma questão relativamente ao Regulamento, referindo não ter conseguido analisar integralmente o documento, e questionando se o mesmo prevê a possibilidade de candidatura de associações desportivas, culturais ou de âmbito social que prestem serviços em Arouca, mas tenham sede fora do concelho, bem como de associações sediadas em Arouca que desenvolvam atividades fora do concelho. Questionou ainda se existe alguma limitação ou impedimento previsto no Regulamento relativamente a estas situações. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que o Regulamento se destina ao apoio ao associativismo local, abrangendo associações e IPSS do concelho. Referiu que o associativismo local pode ter diferentes dimensões de atuação, nomeadamente no caso de clubes desportivos com várias equipas e participação em diferentes quadros competitivos, mas que o requisito essencial é tratar-se de associações ou IPSS de âmbito local. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** coloca à votação, por braço no ar, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo de Arouca, tendo o mesmo sido aprovada por maioria, registando-se 35 (trinta e cinco) votos a favor, 2 (duas) abstenções, num total de 37 membros. ----------

---------- Solicitou o uso da palavra a senhora **Fátima Pinho**, que após lhe ter sido concedida, apresentou uma declaração de voto da bancada do PSD. Declarou que a bancada do PSD votou favoravelmente o Regulamento Municipal de Apoio às Coletividades por responsabilidade institucional e para não prolongar a entrada em vigor de um novo regulamento, embora considere que o mesmo não responde plenamente às necessidades atuais das associações e IPSS. Assinalou a demora excessiva do processo de revisão, reconheceu como positivos a criação da plataforma digital, do registo municipal e dos critérios de avaliação, mas apontou fragilidades, nomeadamente prazos não vinculativos para decisão, ausência de disposições transitórias e manutenção de valores de apoio desatualizados face à realidade económica. ----------

---------- A declaração de voto dá-se aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata a ela ficando anexa.--------- ----------

---------- **3.4 – REGULAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE BIKESHARING AROUCA DIGITAL:** ---- ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que a proposta diz respeito ao regulamento do sistema de BIKESHARING a implementar no âmbito do projeto “Arouca + Digital”, integrado no Bairro Digital. Informou que o sistema prevê a disponibilização de 20 bicicletas, distribuídas por duas estações,

regulando o respetivo modo de utilização. Referiu ainda que a utilização implicará o pagamento de uma caução e de um valor simbólico, bem como o registo prévio através de plataforma online, no site ou em aplicação própria. ----------Interveio o senhor **Artur Miler**, informando que o PSD votará favoravelmente o regulamento, embora tenha colocado questões de clarificação, segurança e boa regulamentação. Assinalou que, apesar de o sistema ser apresentado como experimental, o regulamento não define a duração da fase piloto nem estabelece prazos ou critérios de avaliação que permitam decidir o seu eventual alargamento, reformulação ou descontinuação. Questionou também o procedimento a adotar quando o utilizador ultrapassa a área geográfica definida, não sendo claro se ocorre bloqueio automático, desligamento do apoio elétrico, aviso prévio ou penalização posterior, salientando as implicações em matéria de segurança e responsabilidade em caso de acidente. Manifestou ainda preocupação com a ausência de referência à cobertura por seguro — designadamente quanto à responsabilidade civil por danos a terceiros ou acidentes pessoais — e com a indefinição sobre quem assume essa responsabilidade: autarquia, operador ou utilizador. Por fim, considerou que o projeto tem dimensão reduzida, forte dependência de meios digitais e limitação à zona urbana da vila, o que poderá restringir o seu impacto na mobilidade e excluir parte da população, defendendo um regulamento mais robusto e enquadrado numa visão mais abrangente para o concelho. ----------

----------Tendo a palavra a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o sistema será implementado numa fase experimental, estando o Município a estudar, testar e avaliar a sua eficácia, podendo o mesmo vir a ser alargado ou ajustado em função dos resultados. Referiu ainda que o regulamento prevê o registo obrigatório dos utilizadores na plataforma/aplicação, encontrando-se assegurada a cobertura por seguro. Acrescentou que esta é uma fase inicial do projeto, manifestando a expectativa de que, no futuro, o sistema possa ser ampliado a outras áreas do concelho. Recordou, por fim, que o Município já dispõe de bicicletas não elétricas, no âmbito do Arouca Geopark, que têm vindo a ser utilizadas em deslocações de grupos, tanto no centro urbano como na Serra da Freita. ----------

----------Interveio a senhora **Sandra Melo**, referindo que a sua bancada não se opõe ao projeto, mas identifica fragilidades no regulamento. Apontou a ausência de metas, indicadores e calendário de avaliação da fase experimental, bem como dúvidas quanto ao impacto real na mobilidade e descarbonização. Manifestou reservas quanto ao valor da caução, ao regime de seguros e responsabilidades, à obrigatoriedade de acesso digital e às garantias de proteção de dados. Sugeriu a definição de metas quantificadas, relatórios de avaliação, revisão do modelo tarifário e criação de alternativas para utilizadores sem acesso digital, defendendo futura revisão do regulamento com base na experiência da sua aplicação. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta deu nota de que ficam registadas as observações e sugestões de melhoria apresentadas, agradecendo os contributos. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** coloca à votação, por braço no ar, o regulamento para utilização do sistema de BIKESHSARING Arouca digital, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, num total de 37 membros. --- ----------

---------- **3.5 – PLANO DE AÇÃO DO PERSU 2030 DO MUNICÍPIO DE AROUCA:** ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que o documento corresponde ao Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030, o qual define 16 medidas a implementar até 2030, envolvendo um investimento estimado de cerca de 7,2 milhões de euros. Referiu que as metas são ambiciosas e exigem não só investimento em infraestruturas e novo modelo tarifário, mas também a adesão e mudança de comportamentos por parte da comunidade. Informou ainda que já estão em curso diversas ações, como reforço de equipamentos, recolha seletiva no canal HORECA e construção do ecocentro. ----------

---------- Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, considerando que o plano deveria ter sido apresentado de forma mais aprofundada, dado o seu impacto ambiental, financeiro e no quotidiano das famílias e empresas. Reconheceu que decorre de obrigações nacionais e europeias no âmbito do PERSU 2030, mas sublinhou que as metas legais não impõem necessariamente o modelo adotado, o ritmo de investimento nem a distribuição de custos, tratando-se de opções políticas do Executivo. Manifestou preocupação quanto ao investimento superior a 7 milhões de euros num concelho de baixa densidade, questionando a garantia do financiamento externo previsto (50%) e o eventual impacto nas tarifas caso este falhe, bem como as consequências para outras áreas prioritárias do Município. Alertou para os efeitos sociais da aplicação do princípio do poluidor-pagador e do modelo PAYT, defendendo a necessidade de salvaguardas claras para idosos, famílias numerosas e agregados de baixos rendimentos. Levantou ainda dúvidas sobre a sustentabilidade operacional das novas infraestruturas previstas, nomeadamente quanto a recursos humanos e risco de subutilização. Concluiu afirmando que o PSD não rejeita os objetivos ambientais nem o cumprimento da lei, mas não concede um “cheque em branco”, defendendo acompanhamento rigoroso, revisão do impacto tarifário, salvaguardas sociais explícitas e maior envolvimento das freguesias e da Assembleia Municipal, anunciando a abstenção da bancada. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** manifestou intenção de responder, tendo-lhe sido concedida a palavra, esclareceu que não pretende qualquer “cheque em branco”, sublinhando que o documento em causa constitui um Plano de Ação decorrente de imposição legal, indispensável para que o Município possa candidatar-se a sistemas de financiamento. Reconheceu tratar-se de um plano ambicioso, cuja execução dependerá da captação de fundos externos e de investimentos significativos, mas também da mudança de comportamentos por parte da comunidade, sendo o seu sucesso partilhado por todos. Referiu ainda que o Município já se encontra a desenvolver medidas concretas, designadamente ao nível da recolha de bio resíduos e da requalificação do ecocentro, reforçando a necessidade de consciência coletiva quanto aos desafios que se colocam. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** reconhecendo a relevância estratégica do Plano Municipal de Gestão de Resíduos, considerou que o mesmo deve ser reforçado. Defendeu um diagnóstico mais claro, com dados por tipologia de resíduos, produção por habitante e distinção entre produtores domésticos e não domésticos, como base para metas realistas. Propôs metas mais concretas, mensuráveis e calendarizadas, com indicadores claros, e maior clarificação da estratégia para os bio resíduos, incluindo zonas abrangidas, equipamentos e articulação com grandes produtores. Sugeriu ainda maior envolvimento das juntas de freguesia, reforço da fiscalização e identificação de pontos críticos de deposição ilegal. Por fim, salientou a necessidade de maior transparência quanto a custos e financiamento, bem como a criação de um sistema de acompanhamento com apresentação regular de resultados. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que o diagnóstico integra o Plano Estratégico anteriormente apresentado à Assembleia, estando o presente documento centrado no respetivo Plano de Ação. Manifestou disponibilidade para, em sessão futura, promover uma apresentação mais pormenorizada. Referiu ainda que o Plano de Ação foi elaborado por especialistas na área, tendo em conta as características específicas do território, sublinhando, contudo, que se trata de um instrumento dinâmico, suscetível de ajustamentos e melhorias ao longo da sua execução. ----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** coloca à votação, por braço no ar, o Plano de Ação do PERSU 2030 do Município de Arouca, tendo o mesmo sido aprovado com 21(vinte e um) votos a favor e 16 (dezasseis) abstenções, num total de 37 membros. ----------

----------**3.6 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE AROUCA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR**: ----------

----------O senhor Presidente da Mesa questionou a senhora Presidente da Câmara sobre se pretendia dar algum esclarecimento sobre este plano. ----------

----------No uso da palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que, nos termos legais, devem ser apresentados, para conhecimento, dois relatórios anuais, nos meses de abril e outubro. Esclareceu que o documento em apreciação identifica as medidas associadas a situações de risco classificadas entre grau elevado e máximo, cuja implementação se encontra em curso desde junho de 2025, incluindo tabelas com a análise do estado de execução por cada divisão de serviços. ----------

----------Não se registaram intervenções. ----------

----------**3.7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA:----------**

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta apresentou a proposta relativa ao IMI, referindo que se mantém a prática adotada nos últimos anos, fixando a taxa no mínimo legal de 0,3%. Informou ainda que se mantém a majoração em função do agregado familiar, prevendo uma redução adicional de 30 euros

para agregados com um dependente, 60 euros com dois dependentes e 140 euros com três ou mais dependentes a cargo. ------ ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos**, que manifestou concordância com a taxa mínima de IMI e a majoração por agregado familiar, mas defendeu que a política fiscal deve ir mais longe. Propôs maior combate aos imóveis devolutos e incentivos claros à reabilitação urbana, bem como a explicitação do impacto financeiro da redução da taxa e o seu enquadramento numa estratégia integrada de habitação e dinamização urbana. Sugeriu a majoração progressiva do IMI para devolutos (dobro, triplo após três anos e agravamento em zonas de maior pressão) e, em contrapartida, isenção por três anos após reabilitação e redução durante obras licenciadas, defendendo que se penalize o abandono e se premeie quem recupera e disponibiliza habitação. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclarece que a redução do IMI representa cerca de um milhão de euros que ficam no bolso dos Arouquenses, abrangendo 1.766 famílias. Quanto às propostas de alteração apresentadas, poderão ser analisadas posteriormente. ----------

---------- O senhor **Presidente da Mesa** coloca à votação, por braço no ar, o Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação de Taxa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, num total de 37 membros. ----------

---------- **3.8 – DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia informa que este ponto foi retirado da ordem de trabalhos por falta de elementos que permitissem uma análise concreta por esta assembleia. ----------

---------- **3.9 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA**: ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta esclareceu que a permissão prévia da Assembleia para a celebração de compromissos plurianuais visa agilizar a gestão corrente, evitando a necessidade de solicitar autorização sempre que existam despesas ou contratos com duração superior a um ano civil. Clarificou que apenas poderão ser celebrados compromissos com fundos disponíveis e receitas previstas que assegurem o respetivo pagamento, tratando-se de um procedimento legal que exige aprovação do órgão deliberativo. - ----------

---------- Em seguida, usou da palavra o senhor **Óscar Brandão**, que referiu que, embora se trate de uma matéria administrativa, a mesma comporta uma dimensão política relevante. Considerou que a Assembleia não deve substituir-se ao Executivo, mas também não pode funcionar como órgão de ratificação genérica de decisões futuras. Salientou que os compromissos plurianuais podem condicionar orçamentos futuros, tratando-se de uma autorização ampla, sem critérios objetivos, limites claros ou mecanismos específicos de acompanhamento. Defendeu que decisões estruturais desta natureza devem ser devidamente fundamentadas e enquadradas. Concluiu afirmando que uma autorização genérica pode reduzir a transparência e fragilizar o papel fiscalizador da Assembleia, devendo, pelo menos, ser assegurada comunicação regular e atualizada sobre a sua execução.

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta afirmou não ver qualquer inconveniente em apresentar, anualmente, uma listagem dos contratos que ultrapassem um ano, esclarecendo que é dessa permissão legal que se trata, nomeadamente em situações como refeições escolares, serviços de limpeza ou aluguer de viaturas, entre outros. Reforçou que esta autorização não dispensa o cumprimento dos requisitos legais obrigatórios, designadamente a existência de fundos disponíveis, dotação orçamental previamente definida, registo contabilístico e emissão do respetivo número de compromisso, garantindo o necessário rigor nos procedimentos. ----------

----------O senhor **Presidente da Mesa** coloca à votação, por braço no ar, o documento Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, num total de 37 membros.----

----------**3.10 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:----------**

----------O senhor Presidente da Assembleia deu nota de que o documento que antecede era apenas para conhecimento da Assembleia Municipal.----------

----------Não se registaram quaisquer intervenções sobre este ponto. ----------

----------**3.11 – INFORMAÇÃO DA Sr.ª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:----------**

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta informou que se trata do relatório habitual de atividades dos serviços municipais, abrangendo todas as áreas de atuação do Município, referente aos meses de setembro, outubro e novembro, documento que dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata a ela ficando anexo. Referiu que o documento é exaustivo e claro quanto às atividades desenvolvidas, manifestando-se disponível para prestar quaisquer esclarecimentos que a Assembleia entendesse por necessários. - ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miler**, que referiu que, apesar da extensa enumeração de iniciativas na Informação Municipal, continua a faltar enquadramento estratégico, metas definidas e mecanismos de avaliação que permitam aferir o grau de execução das ações. Salientou a ausência de informação concreta sobre a execução do Plano Gerontológico e da Estratégia Municipal de Saúde, defendendo que deveria ser possível identificar as ações decorrentes desses instrumentos, as metas estabelecidas e a respetiva taxa de concretização, sob pena de os planos permanecerem sem avaliação efetiva. No domínio da mobilidade, abordou a EN 326 e a ligação ao nó da A32, recordando que a variante se encontra prevista em Orçamento do Estado, estando o processo na esfera das Infraestruturas de Portugal, e questionou a possibilidade de estudar uma solução alternativa para a paragem de autocarros entre rotundas, por razões de segurança e fluidez do trânsito. Relativamente aos cartões eletrónicos de apoio alimentar, solicitou esclarecimentos sobre os critérios de seleção, número de cartões por agregado, processo de transição e ações de literacia associadas ao novo modelo. Quanto

ao Festival da Castanha, defendeu a realização de um balanço objetivo do evento, com avaliação de impacto e recolha estruturada de opiniões, sugerindo eventual reforço da sua identidade e enfoque nas tradições locais. Por fim, reiterou preocupações quanto à sinistralidade rodoviária e ao estado de diversas vias, defendendo que a Informação Municipal deveria integrar de forma sistemática dados, metas e avaliações de execução. ----------
---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que se pronunciou sobre as questões colocadas, referindo que o documento em análise reporta apenas às atividades desenvolvidas no período de três meses, não correspondendo ao Relatório de Atividades e Contas anual, considerando-o rigoroso e representativo do trabalho realizado. Relativamente aos planos estratégicos, admitiu que poderá ser apresentado, em momento próprio, um ponto de situação com metas e grau de execução, não sendo esse o objetivo desta informação trimestral. Quanto à variante da EN 326, afirmou que a verba atualmente inscrita no Orçamento de Estado é inexistente, defendendo a necessidade do seu reforço. No que respeita aos cartões eletrónicos de apoio alimentar, referiu que o modelo já se encontra em funcionamento com algumas famílias, salvaguardando a proteção de dados, manifestando disponibilidade para apresentar informação genérica. Por fim, reconheceu a necessidade de reforço da sinalização em vias nacionais e municipais, sublinhando que a sua requalificação constitui uma preocupação contínua do Município, apesar dos constrangimentos associados às condições meteorológicas. ----
---------- De seguida, usou da palavra a senhora **Fátima Pinho**, que manifestou concordância com as considerações anteriormente apresentadas pelo membro Artur Miler, reiterando a necessidade de maior definição de critérios de medição e monitorização na Informação Municipal. Colocou, de seguida, várias questões concretas. Relativamente à requalificação da Biblioteca Municipal, solicitou esclarecimentos sobre trabalhos adicionais mencionados em ata de reunião de Câmara, bem como sobre o prazo da sua execução e a data prevista para a reabertura ao público. Questionou ainda o ponto de situação da revisão do respetivo regulamento, manifestando expectativa de que o mesmo entre em vigor em simultâneo com a reabertura. Quanto à remodelação da Escola Básica e Secundária de Escariz, solicitou esclarecimentos sobre os próximos passos e, em particular, sobre o modelo de financiamento previsto. Por fim, abordou a distinção atribuída aos Passadiços como atração turística e questionou a prioridade de novos investimentos na infraestrutura, alertando para a ausência de informação concreta sobre medidas de prevenção e combate a incêndios e manifestando preocupação quanto à aproximação do período de verão sem que essas questões estejam devidamente asseguradas. ----------
---------- Dada permissão, a senhora **Presidente da Câmara** responde que relativamente à requalificação da Biblioteca Municipal, esta obra se encontra em fase final, tendo havido trabalhos complementares, alguns ainda por executar devido a condicionantes, nomeadamente meteorológicas. Informou que a inauguração ocorrerá após a conclusão integral dos trabalhos e instalação do mobiliário, sendo oportunamente divulgada e

com convite dirigido aos membros da Assembleia. Quanto ao regulamento, esclareceu que o mesmo não estará concluído à data da reabertura, uma vez que o procedimento regulamentar implica várias fases legais, incluindo consulta pública. No que respeita à Escola Básica e Secundária de Escariz, informou que o Município optou por retirar o projetista inicial do processo, estando as correções a ser desenvolvidas com equipas internas e apoio externo especializado. Referiu que a escola está classificada como prioridade 1, encontrando-se aberto aviso de candidatura a financiamento não enquadrado no PRR, ao qual o Município irá concorrer, sendo esta uma obra estruturante estimada em cerca de sete milhões de euros. Acrescentou que decorre igualmente o planeamento da execução da obra e da solução transitória para garantir o funcionamento da escola durante a intervenção. Relativamente aos Passadiços, reafirmou que o Município continuará a investir na valorização e resiliência do território, assegurando que as questões de segurança nunca estiveram em causa, existindo planos regularmente testados com as forças competentes. Quanto à rede de combate a incêndios, referiu que o projeto se encontra em desenvolvimento e será executado no momento adequado, após conclusão do respetivo processo técnico. --

----------Interveio novamente a senhora **Fátima Pinho**, manifestando discordância quanto ao calendário da execução da rede de combate a incêndios e solicitando maior clareza sobre os prazos previstos, bem como reiterando o pedido de esclarecimento quanto ao enquadramento concreto do financiamento da escola. ----------

----------Em resposta, e após lhe ser concedida a palavra, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que se encontra aberto um aviso de candidatura a financiamento que não se enquadra no PRR, destinado exclusivamente a projetos classificados como prioridade 1, categoria em que se insere a Escola Básica e Secundária de Escariz. Informou que o Município irá submeter candidatura, sublinhando a urgência na conclusão do projeto, estimado em cerca de sete milhões de euros, por se tratar de uma intervenção estruturante para o concelho. Referiu que, uma vez aprovada a candidatura, o financiamento estará assegurado, salientando que esta escola servirá não apenas Escariz, mas todo o concelho. Acrescentou que a obra resultou de um processo de auscultação da comunidade educativa e que está atualmente a ser desenvolvido o planeamento da intervenção e das soluções transitórias para garantir o funcionamento da escola durante a execução da obra. Reiterou, por fim, o compromisso do Município em concretizar a intervenção logo que estejam reunidas as condições necessárias. - ----------

----------De seguida, usou da palavra o senhor **Vasco Portugal**, que salientou que, para além das atividades apresentadas, importa analisar o que não consta da Informação Municipal, apontando a ausência de uma aposta efetiva no incentivo às atividades agrícolas, agropecuárias e silvícolas. Defendeu que, para além da vigilância, é essencial promover a presença de agentes económicos como forma de proteção ativa da floresta e mitigação do risco de incêndio, considerando que o reforço da vigilância constituiria também um sinal de confiança para proprietários e investidores. Alertou ainda para a falta de valorização da biodiversidade e dos recursos hídricos,

entendendo que os cursos de água, enquanto ativo turístico relevante, deveriam ser melhor promovidos, nomeadamente através da qualificação de praias fluviais. Defendeu igualmente uma descentralização mais efetiva, com transferência de competências e meios para as freguesias, por forma a evitar a excessiva concentração de serviços na sede do concelho. Concluiu concordando com a importância do equilíbrio orçamental, mas apelando a uma redefinição de prioridades estratégicas. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que referiu que poderão não estar refletidos no documento todos os apoios municipais ao setor agrícola, incluindo incentivos aos produtores, ao gado arouquês, à agricultura biológica e à criação de caprinos e ovinos. Sublinhou que o Município tem reforçado a vigilância florestal em articulação com o ICNF e a GNR, considerando a proteção da biodiversidade uma prioridade partilhada por toda a comunidade. Relativamente às praias fluviais, afirmou que a inexistência de bandeira azul não significa falta de qualidade, salientando as especificidades dos rios de montanha. Destacou ainda ações desenvolvidas em cooperação com entidades como o ICNF, a Associação Florestal e a Associação Geoparque Arouca, nomeadamente no controlo de espécies invasoras, reconhecendo que há sempre margem para melhorar e apelando à responsabilidade coletiva na preservação do território. ----------

---------- De seguida, usou da palavra o senhor **Pedro Bastos**, que começou por deixar um alerta relativamente ao projeto da Escola Básica e Secundária de Escariz, manifestando preocupação com a celeridade do processo de candidatura a financiamento, para que não se repita a situação ocorrida com o projeto dos Viveiros da Granja, que acabou por ser interrompido e perder financiamento. Relativamente à Informação Municipal, considerou que, apesar de elencar diversas atividades, continua a faltar a ligação entre ações e resultados, não estando evidenciadas metas, indicadores ou avaliação de impacto na vida das pessoas. Reiterou preocupações quanto à execução financeira, prazos de obras, contratação pública e fundamentação de decisões relevantes. Colocou ainda questões sobre a ligação Covelo de Paivó–Candal, designadamente quanto à existência de meios de proteção face aos declives acentuados; sobre pavimentações em Alvarenga, alertando para a ausência de resolução prévia das drenagens; e sobre sinalização rodoviária, questionando a atualização da postura de trânsito, a conformidade legal da sinalética e a correta colocação de sinais, nomeadamente em rotundas. --------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta respondeu que ficavam registadas as notas, observações e sugestões apresentadas. ----------

---------- De seguida, usou da palavra o senhor **Luís Almeida**, que questionou a tendência de centralização de iniciativas ligadas à agricultura e floresta por parte do Município, designadamente através da criação de estruturas como a Arouca Agrícola e equipas de sapadores, defendendo que tal poderá limitar a iniciativa privada e associativa. Sustentou que a atuação municipal parece excessivamente dependente de projetos financiados

por fundos comunitários, questionando se tal modelo não conduz a uma excessiva centralização e prejuízo para os produtores locais. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta responde que não conseguiu perceber qual é a questão apresentada pelo senhor Luís Almeida. ----------

----------Convidado a clarificar, o senhor **Luís Almeida** declarou que manifesta preocupação quanto à estratégia do Município nas áreas agrícola e florestal, considerando que a autarquia estará a assumir um papel concorrencial face às associações locais e consequentemente a realizar uma política errada. Referiu que essa centralização de recursos humanos e financeiros poderá fragilizar o movimento associativo, que já enfrenta dificuldades, defendendo que os apoios e recursos deveriam estar mais disponíveis para fortalecer a iniciativa privada e associativa no concelho. ----------

----------Em resposta, a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o Município atua em cooperação com as associações, nomeadamente na área agrícola e florestal, referindo a articulação com a Associação Florestal e a Brigada de Sapadores. Explicou que, para cumprir as suas competências próprias, designadamente ao nível de limpezas e reforço de equipas, o Município tem de proceder à abertura de lugares no quadro e aos respetivos procedimentos concursais, defendendo que tal não configura concorrência, mas sim o cumprimento das suas responsabilidades. Reiterou que as associações são parceiras do Município, particularmente nestas áreas. --------- ----------

----------Usou da palavra o senhor **José Maria Ribeiro**, que referiu ter ocorrido uma troca de palavras entre o senhor Presidente da Mesa e o Deputado Municipal Óscar Brandão relativamente aos tempos de intervenção, pretendendo que a questão ficasse esclarecida para situações futuras. Declarou ser defensor da revisão do Regimento e citou o Anexo II, referindo que o artigo 29.º fixa 44 minutos para cada ponto da ordem do dia, entendendo que o tempo se aplica individualmente a cada ponto, sem exclusões. ----------

----------Em resposta, o senhor **Presidente da Mesa** reconheceu existir uma divergência de interpretação — considerando a sua posição mais restritiva e a do interveniente mais extensiva — referindo que, em caso de dúvida, tem optado por conceder a palavra. Informou que a Mesa está a analisar o Regimento atualmente em vigor, entendendo que haverá poucos pontos a alterar, mas admitindo a necessidade de atualização, podendo a Mesa vir a apresentar proposta nesse sentido, solicitando contributos por e-mail e admitindo a eventual constituição de um grupo de trabalho. ----------

----------Interveio por último o senhor **Óscar Brandão**, referindo que, independentemente de eventuais ajustamentos de pormenor ao Regimento, a sua bancada tem vindo a amadurecer a proposta de que a intervenção dos munícipes passe a ocorrer no final da sessão da Assembleia Municipal, considerando ser essa a única alteração de carácter mais substantivo a ponderar. ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicita que essas sugestões sejam remetidas por email.---------- ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA:** ----------

---------- Após leitura, posta à votação, por braço no ar, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão às 19 horas. -------- ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim, Sónia Pinho, que a redigi e a subscrevo. ----------